

CAPÍTULO DEZ

INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA:

UMA DISCUSSÃO EMPÍRICA A PARTIR DO CASO DO PFL DO PARANÁ

Emerson Urizzi Cervi & Adriano Nervo Codato

10. INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA:

Uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná¹

Ao contrário da experiência em outros estados do Brasil, o Partido da Frente Liberal (PFL) não se fortaleceu como a principal agremiação conservadora do Paraná a partir da decadência do PDS na segunda metade dos anos oitenta. Nem foi a alternativa política aos integrantes da Arena quando ela foi extinta, no final dos anos setenta. Os líderes de maior prestígio migraram, curiosamente, para o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola.

Seu principal representante no estado, Jaime Lerner, participou da disputa em 1986 como candidato a vice-Governador, venceu a eleição para Prefeito de Curitiba em 1988 e a de Governador em 1994 sempre pela legenda do PDT. Durante todo esse período, o PFL ficou no ostracismo por falta de lideranças estaduais fortes e atuantes². Além de tudo, o PFL seria o único entre os grandes partidos a apresentar uma trajetória estadual *distinta* da trajetória nacional. O PMDB paranaense, por exemplo, seguiu a mesma direção que a agremiação em nível nacional. Nos anos 1980 e início dos 1990 foi o partido majoritário, tendo conseguido eleger três Governadores consecutivos, que administraram o estado entre 1982 e 1994³. Em 1997, o Governador Jaime Lerner, depois de muitas negociações, inscreveu-se no Partido da Frente Liberal, dando um impulso formidável à estrutura da agremiação.

O objetivo deste capítulo é justamente analisar e discutir a forma de crescimento do partido liberal no estado e a natureza desse crescimento.

¹ Versão preliminar deste trabalho foi apresentada no III Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP, realizado em Niterói, em julho de 2002. Agradecemos a leitura atenta e os comentários de Renato Monseff Perissinotto, Mário Sérgio Lepre e Luzia Helena Hermann de Oliveira.

² Até meados dos anos noventa, a principal figura do PFL continuou sendo o ex-Governador e ex-Ministro Ney Braga. Em 1982, após ser derrotado na disputa de uma cadeira no Senado Federal, decidiu não disputar mais cargos eletivos. Ney foi o único político paranaense a assinar o manifesto de fundação da Frente Liberal, em 1984. Como ele não participaria mais de eleições depois de 1982, os políticos estaduais conservadores procuraram outras legendas que contassem com lideranças com o mesmo prestígio e/ou influência.

³ Ver o Quadro 4 do Anexo.

Note-se que o controle do governo por determinada agremiação – o que constitui, de resto, a base para a distribuição de empregos (“cargos”) e recursos públicos em troca de apoio político – tende a contribuir decisivamente para a institucionalização partidária, seja no *âmbito eleitoral*, seja no *âmbito organizacional*. Partidos que contam com o Presidente, ou com o Governador, ou com um número respeitável de Prefeitos, tendem a avançar eleitoralmente e estruturar-se materialmente, crescendo em importância junto à elite política. O exemplo do Partido da Frente Liberal no Paraná é uma evidência típica disso. O partido só vai ganhar peso efetivo no sistema político, no estado, após 1997.

Nossa hipótese, entretanto, é que a análise isolada das informações sobre o incremento eleitoral e a presença institucional do PFL não são suficientes para evidenciar se houve de fato um “fortalecimento” do partido no Paraná a partir da filiação de Lerner.

O caso do Paraná é tanto mais relevante quando se considera as características do PFL como agremiação nacional. Como se sabe, trata-se de um partido *disciplinado* internamente (o que pode ser visto pelas votações no legislativo), *coesa* ideologicamente (suas divisões internas resultam mais de facções regionais do que de tendências que defendem princípios diferentes) e *estável* (isto é, com baixo índice de migração para outras legendas)⁴.

A avaliação do PFL como uma agremiação política coesa, disciplinada, centralizada e articulada – “mecanismos fundamentais no processo de desenvolvimento e institucionalização” do partido – pode ser lida, por exemplo, em Ferreira (2002). Conforme a autora, a sigla “tem crescido nas demais regiões do país”, deixando, portanto, de ser um “partido de nordestinos”. Ela sustenta ainda que

“Os resultados eleitorais [mostram] que o PFL tem-se firmado como uma legenda com expressiva votação, [...] conquistando razoável estabilidade e crescimento eleitoral, que se constituem em indicadores de desenvolvimento e da institucionalização partidária. Além disso, [...] tem procurado” difundir “um projeto de feição liberal para o País. Essa perspectiva articula-se em torno de idéias cujo núcleo básico é constituído pela crítica à atuação e interferência do Estado, principalmente na economia [...]” (Ferreira, 2002, p. 213-214).

Por tudo isso, o PFL está longe de representar uma instituição destinada *apenas* a realizar o interesse político-eleitoral de seus líderes.

Essa conclusão é válida para a agremiação no Paraná? Para testar essa afirmação analisaremos o desempenho eleitoral e a organização interna do PFL no estado entre 1986 e 2004. As questões que orientam esse estudo são as seguintes: depois de 1997 qual foi o índice de avanço eleitoral do partido no estado?⁵ Nas eleições proporcionais (Deputado

⁴ Para os baixos índices de migração partidária do PFL, v. Melo, 2000; para sua disciplina em plenário, v. Figueiredo e Limongi, 1995.

⁵ Para uma definição completa do índice de avanço, v. Santos, 1977, p. 215-216. A fórmula de cálculo é $(\text{votos partido t1} - \text{votos partido t0}) / (\text{votos partido t0}) / ((\text{votos totais t1} - \text{votos totais t0}) / \text{votos totais t0})$.

federal, Deputado estadual, Vereadores da capital) esses índices foram significativos e constantes? Qual foi a taxa de crescimento de prefeituras controladas pela agremiação? Essa é uma tendência ascendente ou ao menos estável? Quais as taxas de disciplina e fidelidade partidárias alcançadas pelos “liberais” no estado?

O estudo de uma agremiação específica (PFL) num estado determinado (Paraná) deve trazer dois proveitos: além do aumento do conhecimento sobre a política paranaense (cujos preconceitos positivos em torno de algumas de suas lideranças políticas mais conhecidas são renitentes), lança uma luz à dimensão política “regional” do sistema político nacional. Definir melhor o perfil estadual dos partidos num regime federativo, imagina-se, é central⁶.

Este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira estipula-se uma série de critérios metodológicos a fim de definir e avaliar o grau de institucionalização dos partidos políticos. A segunda seção resume o desempenho eleitoral e político do PFL-PR antes e depois de 1997 e determina as razões do crescimento do partido. A terceira seção interpreta o significado desse crescimento e os motivos de sua retração brusca no período mais recente. A última seção expõe algumas explicações e sugere tendências eleitorais futuras.

I. UM MODELO DEDUTIVO PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Como, quando e sob que condições pode-se sustentar que um partido político é “forte”, em sentido amplo, ou está institucionalizado? Qual é o “ponto ótimo” (se é que existe um) a partir do qual um partido está enraizado no sistema político a ponto de não depender da transferência de prestígio de uma liderança “carismática” ou de um “chefe” local?

A noção de *institucionalização* que utilizamos neste estudo está ligada à idéia de estabilidade e essa estabilidade teria de se evidenciar em duas dimensões: junto ao eleitorado e junto à elite política. O apoio político obtido pelo PFL-PR é permanente, isto é, iria além do período de governo de Jaime Lerner? O partido apresenta baixas taxas de migração e alta presença nos escalões superiores do governo, por exemplo?

Idealmente, um partido “institucionalizado” deveria demonstrar *força eleitoral autônoma* como marca de seu enraizamento na sociedade. Essa variável pode ser medida seja em função da independência da organização frente a um “cacique político”, seja em função do grau de identificação/reconhecimento do eleitorado junto ao partido. Esse traço pode ser evidenciado a partir de séries eleitorais razoavelmente longas e da própria história partidária. Uma das condições necessárias da institucionalização é o crescimento eleitoral (aumento do número de cadeiras nos legislativos e aumento do número de mandatos conquistados nos executivos) e a fixação da preferência partidária (voto de

⁶ Há pouquíssimos estudos sobre “partidos e eleições” no Paraná. Eles são dispersos e rarefeitos. A propósito, ver a lista quase integral: Martins, 1960; Santos, 1964; Balhana, 1969; Franco Sobrinho, 1976; Moura e Kornin, 2001; e Cervi, 2002. Os trabalhos mais completos são Oliveira, 1998; e Lepre, 2000.

legenda) num grau relevante. Mas esse critério – representatividade eleitoral – tem de ser completado por um outro: é preciso que as bancadas sejam estáveis e obedientes.

Isso nos leva ao segundo critério: *coesão partidária e disciplina organizacional*. Coesão partidária e disciplina organizacional são medidas seja pela migração partidária (baixa), seja através do comportamento unificado da bancada no legislativo: rejeição (quando na oposição) ou apoio (quando na situação) às iniciativas do executivo nas proposições e votações mais importantes.

O terceiro critério é a capacidade de *influência* do partido *junto às instituições políticas (governo e legislativo)*. Seus indicadores são os graus de controle dos recursos políticos do sistema, medidos pela alta presença nos escalões superiores do governo (ocupação/indicação de posições relevantes no executivo) ou nas comissões do legislativo, e grande competência de definição e/ou influência sobre o processo decisório, o que equivaleria à “implementação do programa” da agremiação, pelo menos em seus aspectos básicos.

A variação desses fatores, em conjunto, indica o coeficiente de implantação da agremiação partidária no sistema político e sua solidez. Esquemáticamente teríamos o seguinte:

Quadro 1

Variáveis selecionadas para determinar a institucionalização partidária

CRITÉRIOS	O QUE É MENSURADO	INDICADORES	EVIDÊNCIAS	EXEMPLO
1) força eleitoral autônoma	a penetração junto ao eleitorado (“representatividade”)	1. número de cadeiras no legislativo/ número de mandatos no executivo	a. (in)dependência da organização frente a um “cacique político”	- crescimento eleitoral constante
		2. grau de identificação do eleitorado junto ao partido	b. fixação da preferência partidária	- crescimento do voto de legenda
		3. índice de avanço eleitoral	c. crescimento líquido no número de votos do partido	- crescimento real no número de votos obtidos (e não de cadeiras conquistadas)

Continua...

2) coesão partidária e disciplina organizacional	a adesão partidária (“fidelidade”)	4. taxa de permanência dos membros no partido	d. baixa migração partidária	- poucas trocas de agremiações
		5. índice de disciplina partidária	e. comportamento unificado da bancada no legislativo	- votações significativas de acordo com a posição do líder do partido
3) influência junto às instituições políticas	o controle dos recursos políticos do sistema (“efetividade”)	6. taxa de presença nos escalões superiores do governo	f. nível alto de ocupação/ indicação de posições relevantes no executivo	- número não desprezível de secretários de estado pertencentes ao partido
				- tipo de cargos conquistados
		7. taxa de presença/ controle de comissões no legislativo	g. nível alto de ocupação/ indicação de posições relevantes no legislativo	- domínio de presidências/ relatorias de comissões
				- controle da mesa diretora
		8. potencial de definição e/ou influência sobre o processo decisório	h. grande capacidade de implementação do “programa” da agremiação	- realização de políticas de governo exemplares

Para efeito da análise aqui empreendida tomaremos cinco indicadores combinados (distribuídos entre os três grupos) para avaliar o grau de institucionalização ou estabilidade do Partido da Frente Liberal no Paraná: o aumento do tamanho das bancadas de Deputados federais, estaduais e Vereadores (da capital), no período 1986-2004, além da quantidade de prefeituras controladas pela sigla no estado, no intervalo 1988- 2004; o índice de avanço eleitoral; a presença de membros do partido nos escalões superiores do governo (secretários); o domínio de comissões no legislativo; e a taxa de permanência dos políticos eleitos no partido (para Deputados estaduais). Os outros elementos do modelo proposto não são evidências secundárias, mas carecem, segundo as informações de que se dispõe no momento, de maior comprovação empírica.

O primeiro grande critério permite determinar o crescimento eleitoral e sua constância ao longo do tempo; o segundo mede o grau de adesão partidária, sendo um índice de fidelidade à sigla; e o terceiro é um indicador do controle de uma parte dos recursos políticos do sistema pela agremiação.

II. O PFL DO PARANÁ: DE PARTIDO DE OPOSIÇÃO A PARTIDO DO GOVERNO?

O panorama da política paranaense desde 1982 acompanhou de perto a tendência nacional. Não fomos um “Brasil diferente”. Ao longo dos anos oitenta (e até a primeira metade dos noventa), o PMDB converteu-se em *partido dominante* elegendo, em seqüência, três Governadores: José Richa em 1982, Álvaro Dias em 1986 e Roberto Requião em 1990. Durante esses doze anos o PMDB controlou mais da metade das prefeituras do estado, boa parte da representação na Câmara Federal e a maioria das cadeiras na Assembléia Legislativa⁷.

A única agremiação que chegou a rivalizar com o PMDB, mas nunca ameaçou sua hegemonia, foi o PDT de Jaime Lerner que em 1988 conquistou a prefeitura de Curitiba⁸. O Partido da Frente Liberal, que teve um crescimento importante após sua fundação em janeiro de 1985, convertendo-se num dos principais partidos nacionais, participando de todos os governos desde a Aliança Democrática (1985) até 2002, sempre foi, no Paraná, uma organização acessória, praticamente inexistente no cenário político⁹.

A fragilidade inicial do PFL-PR tem uma razão trivial: os principais integrantes do PDS paranaense que romperam com a ala “malufista” do partido não fundaram o PFL, como aconteceu em outros estados. Eles se dividiram em grande parte entre o PDT e o PTB. Na época, o então ex-Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, depois de uma carreira bem-sucedida na Arena, e uma passagem pelo PDS, optou pelo Partido Democrático Trabalhista, levando consigo boa parte dos quadros políticos que logo em seguida viriam constituir-se na principal alternativa partidária aos governos do PMDB.

A história eleitoral do PFL-PR até a segunda metade dos anos noventa é, como se verá a seguir, ilustrativa da sua insignificância frente a essas duas siglas (PDT e PMDB) e do caráter secundário do partido na política local.

II.1 Desempenho político e história eleitoral

Em 1985 o PFL coligou-se com o PDT para apoiar o candidato Jaime Lerner nas eleições para a prefeitura de Curitiba. Lerner ficou em segundo lugar. O candidato vitorioso foi Roberto Requião, do PMDB. Nas eleições de 1986 o PFL não apresentou candidato a Governador. O partido aliou-se ao PDT, PMB e PJ e apoiou o candidato do PMB, Alencar Furtado, que ficou em segundo lugar, sendo derrotado por Álvaro Dias (PMDB). Nesse ano, o partido elegeu uma bancada de cinco Deputados federais e oito Deputados estaduais (ver Tabelas 1 e 2). O PMDB fez maioria absoluta em ambas as casas (cf. Quadro 4, em anexo). Nas eleições de 1988 o PFL elegeu 36 Prefeitos, o que representou apenas 11% dos 317 municípios do Paraná, tendo ficado em terceiro lugar (ver Tabela 3). O PMDB, partido do governo, elegeu o maior número de Prefeitos: 162, ou 51%. Em segundo ficou

⁷ Uma visão mais precisa dessas informações pode ser lida na Tabela 3 e no Quadro 4, do Anexo. Sobre o PMDB-PR nos anos oitenta, cf. Oliveira, 1998, p. 65-120.

⁸ Para uma descrição detalhada da trajetória política de Jaime Lerner, v. Braga, 2002.

⁹ Ames sublinha, a propósito, a fraqueza eleitoral dos partidos de direita (PFL, PPB e PTB) no Paraná em comparação com o vizinho Santa Catarina (Ames, 2000, p. 110-116).

o PTB, com o controle de 65 cidades, ou 20,5% das prefeituras (ver Tabela 3). Em Curitiba, o PFL não apresentou novamente candidato e conseguiu eleger apenas três Vereadores de um total de 33 (o PMDB ficou com 12 cadeiras; ver Tabela 4).

No pleito de 1990 o PFL “collorido” coligou-se ao PDC, ao PSC e ao PRN, e apoiou as pretensões eleitorais do candidato José Carlos Martinez (PRN) ao governo do estado. Ao Senado, lançou a candidatura de Paulo Pimentel, mal-sucedida. Foram eleitos quatro Deputados federais e seis estaduais, o pior desempenho da agremiação até então (com um índice de avanço negativo; ver Tabelas 1 e 2). Nas eleições de 1992 o Partido da Frente Liberal elegeu 39 prefeitos, ou 10,5% dos 370 municípios, tendo ficado em quinto lugar, confirmando a tendência de queda junto ao eleitorado estadual iniciada em 1990. Em primeiro lugar ficou novamente o partido do governo, o PMDB, com 138 prefeituras (ou 37%) (ver Tabela 3). A Prefeito de Curitiba o PFL lançou Luciano Pizzatto, que ficou em terceiro lugar na disputa que consagrou a vitória do candidato do PDT, o lernista Rafael Grecca; o partido, mais uma vez, elegeu uma bancada de três Vereadores, apenas 9% da casa (ver Tabela 4). Em 1994, o PFL novamente não apresentou candidato próprio ao governo do estado, nem ao Senado, e apoiou a candidatura de Jaime Lerner, do PDT. O partido melhorou seu desempenho na Câmara Federal e elegeu 6 Deputados, 14% do total de votos (ver Tabela 1), mantendo sua bancada na Assembléia Legislativa: seis representantes também (ver Tabela 2). Nas eleições municipais de 1996, todavia, o PFL fez apenas 37 Prefeitos, o que representou pouco mais de 9% dos municípios do estado, tendo ficado em quinto lugar, pouco à frente mesmo do fraquíssimo PPB. Em primeiro ficou o PDT, partido do Governador, com 111 prefeitos ou 28% das cidades (ver Tabela 3). Em Curitiba, o PFL coligou-se com o PDT e outros partidos (PPB/PTB/PSC) em apoio a Cássio Taniguchi (PDT), afilhado político de Lerner, que foi o candidato escolhido. Na Câmara Municipal o PFL fez uma bancada de quatro Vereadores, um a mais do que nas outras disputas (ver Tabela 4).

Na bancada federal do Paraná, o partido manteve, de 1986 a 1998, a média de cinco parlamentares por legislatura, só ultrapassando os 20% de votos válidos em 1998 (cf. Tabela 1). Porém, em 2002 o PFL experimentou uma retração significativa no seu desempenho

Tabela 1

Desempenho do PFL nas eleições para deputado federal do Paraná (1982-2002)

ANO	TOTAL VOTOS	TOTAL VOTOS PFL	% DO TOTAL	Nº DE CADEIRAS	ÍNDICE DE AVANÇO*
1982	2.730.266				
1986	3.058.914	470.641	15,39	5	
1990	2.258.126	217.850	9,65	4	-2,05
1994	2.287.868	390.319	14	6	3,37
1998	4.223.167	881.375	20,87	6	2,44
2002	5.146.730	363.093	7,05	2	-2,68

Fonte: TRE-PR. Compilação dos autores.

* O índice da última coluna da tabela diz respeito ao avanço no total de votos do PFL-PR.

eleitoral, alcançando apenas 7% dos votos válidos e apenas duas cadeiras, sua pior *performance* desde 1986. Isso fez com que o índice de avanço da bancada caísse para -2,68, voltando a ser um pequeno partido no estado. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Como agremiação secundária e de oposição aos governos do PMDB até 1994, os representantes do PFL, como seria de se esperar, não ocuparam postos importantes nem na máquina governamental, nem na Assembléia Legislativa (ALEP). O partido controlou entre 8 (máximo) e 6 (mínimo) cadeiras nas eleições de 1986, 1990 e 1994, com um teto de 13% dos votos válidos para Deputado estadual (isso na primeira eleição que disputou, em 1986). Mesmo após 1994, quando apoiou o candidato vitorioso ao governo do estado, Jaime Lerner (PDT), sua participação na ALEP continuou sendo meramente acessória. Com apenas seis Deputados (ver Tabela 2), foi a segunda menor bancada eleita em 1994 entre os partidos relevantes, empatando com o PTB e superando apenas o pouco expressivo PT, que elegeu cinco parlamentares. O PMDB conquistou 12 das 54 cadeiras na Assembléia, permanecendo como o maior partido da Casa.

Tabela 2

Desempenho do PFL nas eleições para deputado estadual do Paraná (1982-2002)

ANO	TOTAL VOTOS	TOTAL VOTOS PFL	% DO TOTAL	Nº DE CADEIRAS	ÍNDICE DE AVANÇO*
1982	2.705.436				
1986	3.113.887	417.657	13,41	8	
1990	2.554.742	213.531	8,36	6	-2,72
1994	3.201.212	361.738	11,3	6	2,74
1998	4.433.259	989.060	22,31	12	4,51
2002	5.189.688	575.987	11,09	7	-2,47

Fonte: TRE-PR. Compilação dos autores.

* O índice da última coluna da tabela diz respeito ao avanço no total de votos do PFL-PR.

Em 1997 Jaime Lerner ingressou no PFL-PR, ao final de seu primeiro mandato como Governador do estado (1995-1998). Pode-se a partir daí dividir a história do partido no Paraná em duas fases bastante distintas.

Durante todo o primeiro período de governo, Lerner teve de optar entre manter-se fiel ao PDT de Leonel Brizola, candidato derrotado nas eleições de outubro de 1994 para a presidência da República, ou aproximar-se do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Apesar de ideologicamente mais íntimo do segundo que do primeiro, o Governador paranaense esforçou-se por protelar a decisão o máximo possível. Aprovada a legislação que autorizava Governadores, Prefeitos e Presidente da República postularem a reeleição, ele desejou transferir-se para o partido do governo federal. Todavia, graças ao apoio do então Ministro das Comunicações e conselheiro político de Fernando Henrique, Sérgio Motta, o ex-Governador Álvaro Dias – candidato derrotado pelo próprio Lerner na

eleição de 1994 e recém-filiado ao PSDB – conseguiu barrar interferências federais pró-Lerner e evitou, dentro do diretório regional, a admissão do Governador do estado no Partido da Social Democracia Brasileira.

A alternativa mais imediata e viável àquela altura foi inscrever-se no PFL, a legenda politicamente mais próxima do presidente depois do PSDB. Assim, em setembro de 1997, em função de uma contingência política, com fichas abonadas pelo vice-Presidente da República, Marco Maciel, o chefe do governo estadual paranaense, mais vários outros políticos (secretários de estado, assessores, lideranças regionais, Prefeitos do interior), transferiram-se para o Partido da Frente Liberal. Começa assim a segunda fase da agremiação no estado: a fase do “PFL gigante”.

Em poucas semanas, o PFL deixou de ser um partido praticamente inexistente e passou a potência política. Para os pefelistas genuínos, o agigantamento do PFL trouxe benefícios. Com a entrada do grupo político de Lerner o PFL ganhou a força e o prestígio de novas lideranças. Em fins de 1997 o partido transformou-se na principal fonte de recrutamento para posições no legislativo e cargos no executivo. Além de ser agora o partido do governador, passou a contar com a maior bancada na Assembléia (ao lado do PTB) por conta da intensa migração dos deputados que deixaram o PDT¹⁰.

Na Assembléia Legislativa, a bancada do PFL sempre apresentou alguma movimentação, mas o período mais intenso de trocas de legendas foi justamente em agosto e setembro de 1997, quando recebeu 13 novos parlamentares em uma bancada de seis deputados, eleita em 1994¹¹. Ingressaram no PFL, vindos do PDT, Luiz Carlos Martins, Luiz Acorsi Motta, Edno Guimarães, Nelson Tureck, Walmor Trentini e Julio Ando (os dois últimos, suplentes do partido). Da bancada do PTB saíram Luiz Carlos Alborguetti, José Alves dos Santos, Aníbal Kury e Eduardo Trevisan. Da bancada do PMDB desembarcaram no PFL Durval Amaral e Cleiton Crisóstomo. Da bancada do PP, Geraldo Cartário (que antes havia passado pelo PTB)¹². O quadro abaixo mostra o histórico partidário dos Deputados estaduais que se transferiram para o PFL em 1997 e permaneceram depois de 1998.

¹⁰ O PDT elegeu a maior bancada governista em 1994, com nove deputados. Após a transferência de Lerner para o PFL, a sigla ficou com apenas três parlamentares. V. Lepre, 2000, p. 73-76.

¹¹ Entre 1995 e 1997 o PFL perdeu apenas um Deputado, Carlos Xavier Simões, que se transferiu para o PSDB e depois para o PTB.

¹² O ano mais intenso de migrações na bancada de Deputados federais do PFL do Paraná fora, porém, em 1991. Os deputados eleitos em 1989 pelo PRN, Max Rosenmann, Luciano Pizzatto e Basílio Vilani, trocaram a legenda pelo PFL em agosto de 1991. A justificativa apresentada era simples: que o principal representante do governo Collor no Paraná era o então Ministro da Saúde, Alcení Guerra, do PFL, e não mais o ex-candidato a Governador, Luis Carlos Martinez, do PRN. Na legislatura de 1991 a 1995 a bancada de seis Deputados estaduais recebeu três novas filiações: Carlos Xavier Simões (eleito pelo PMDB, passou pelo PL antes de entrar no PFL em dezembro de 1993) e Nelson Garcia, eleito pelo PRN. Nessa legislatura a bancada do PFL perdeu Antonio Costenaro Neto para o PP em janeiro de 1993 e Duílio Genari, filiado ao PP em janeiro de 1994. Para a legislatura 1987 a 1991 o partido, que havia eleito oito Deputados à Assembléia Legislativa, não contou com nenhuma filiação. Nesse período, a bancada do PFL apenas perdeu Deputados. Ezequias Losso foi para o PL em setembro de 1987, Lindolfo Júnior passou para o PTB em setembro de 1987, PMDB em julho de 1988 e PL em outubro de 1989. David Cherigate foi para o PRN em julho de 1989.

Quadro 2

Carreira partidária dos parlamentares do PFL-PR (1982-1999)

DEPUTADOS ESTADUAIS	1999	1997*	1995	1991	1987	1982
Anibal Khury	PFL	PFL	PTB	PTB	PMDB	PMDB
Basílio Zanusso**	PFL	PFL	PFL	PFL	PFL	PDS
Cleiton Kielese Crisóstomo	PFL	PFL	PMDB			
Edno Guimarães	PFL	PFL	PDT			
Eduardo Trevisan		PFL	PTB			
Élio Rusch**	PFL	PFL	PFL	PFL		
Geraldo Cartário	PFL	PFL	PP	PDT		
Hidekazu Takayama**	PFL	PFL	PFL			
José Durval Amaral	PFL	PFL	PMDB	PMDB		
José Marcos Alves dos Santos		PFL	PTB	PTB		
Julio Hideo Ando		PFL	PDT***			
Luis Carlos Alborghetti	PFL	PFL	PTB	PRN	PMDB	
Luiz Carlos Martins Gonçalves		PFL	PDT	PMDB		
Luiz Roberto Accorsi	PTB	PFL	PDT			
Nelson Garcia**	PFL	PFL	PFL	PRN		
Nelson Tureck	PFL	PFL	PDT			
Plauto Miró Guimarães Filho**	PFL	PFL	PFL	PFL		
Reny Borsatto**		PFL	PFL			
Walmor Trentini		PFL	PDT**			

Fonte: TRE-PR. Compilação dos autores.

* Outubro de 1997 (um mês depois da filiação de Jaime Lerner e último prazo para troca de partido).

** Deputados eleitos originalmente pelo PFL.

*** Suplentes de Deputado que assumiram o mandato em janeiro de 1999.

Em 1998 os pefelistas do Paraná foram para sua primeira campanha majoritária no estado com “seu” governador candidato à reeleição e uma das mais competitivas chapas para as eleições proporcionais. O PFL não lançou candidato a Senador por opção do partido¹³. Jaime Lerner foi eleito em primeiro turno, com 52% dos votos válidos, enquanto Roberto Requião ficou com 46%. Os outros dos candidatos juntos fizeram apenas 2% dos votos válidos.

Além de reeleger o Governador, o PFL também fez a maior bancada de Deputados estaduais, com 12 cadeiras (índice de avanço: 4,51; ver Tabela 2), dobrando, portanto, sua representação em relação a 1994 e batendo o todo-poderoso PMDB¹⁴. Na bancada federal

¹³ Segundo consta, houve um “acordo branco” entre Jaime Lerner e Álvaro Dias. Ao retirar-se da disputa à única cadeira ao Senado, o PFL praticamente garantiria a eleição de Álvaro ao posto. Em contrapartida, o PSDB não lançaria candidato ao governo, permitindo a polarização Jaime Lerner versus Roberto Requião (PMDB), o que, imaginava-se, ajudaria a evitar um eventual segundo turno. Foi o que ocorreu.

¹⁴ No pleito, o PTB conquistou onze vagas na AL e o PPB, oito. Os três maiores partidos em número de deputados, 31 representantes (57,5% do total), fizeram parte da coligação de apoio à reeleição do Governador. O PSB, com dois Deputados eleitos, o PSC, com uma cadeira, e o PSDB, com seis, não fizeram parte da coligação, mas deram apoio ao executivo (somando mais 16,5% das vagas). Um Deputado do PSDB sempre se posicionou contrário à maioria da bancada e votou contra o governo. A oposição ficou com apenas 26% das vagas depois da eleição, distribuídas da seguinte forma: sete para o PMDB, quatro para o PT e três para o PDT. Aqui também houve dissidências: dois deputados do PDT começaram o mandato votando com o governo, mas no final resolveram romper publicamente com a base aliada e juntar-se à oposição.

não houve a mesma transferência de prestígio do líder político para a sigla, e o partido permaneceu com seis parlamentares na Câmara dos Deputados, mas superou enfim a barreira dos 20% dos votos válidos (cf. Tabela 1), seu mais expressivo desempenho até então¹⁵.

Na esfera municipal esse crescimento significativo também se verificou. Em 1996 o Partido da Frente Liberal elegeu prefeitos em menos de 10% dos municípios, mantendo a *performance* “histórica” de 1992 e 1988. Em 2000, foi quem mais conquistou prefeituras, oitenta (20% dos municípios), superando o PDT, que no pleito anterior fizera perto de 30% das cidades do Paraná. Em 2000, o Partido Democrático Trabalhista ficou reduzido a apenas 18 cidades (4,5%; ver Tabela 3)¹⁶.

Tabela 3

Prefeitos eleitos segundo partidos políticos – Paraná (1988-2000)

ELEIÇÕES/ PARTIDOS	1988 (317 MUNICÍPIOS)	1992 (370 MUNICÍPIOS)	VARIAÇÃO 1992/1998		1996 (399 MUNICÍPIOS)	VARIAÇÃO 1996/1992	
			AUMENTO (+)	DIMINUIÇÃO (-)		AUMENTO (+)	DIMINUIÇÃO (-)
PMDB	162 (51,1%)	138 (37,29%)		-24	74 (18,74%)		-64
PTB	65 (20,5%)	40 (10,81%)		-25	54 (13,53%)	14	
PFL	36 (11,35%)	39 (10,54%)	3 (0,81%)		37 (9,2%)		-2 (-1,34%)
PDT	25 (7,88%)	40 (10,81%)	15 (+2,93)		111 (27,81%)	71	
(PDS) PPB	13	10		-3	35	28	
PSDB	0	15	15		73	58	
PT	2	1		-1	6	5	
Outros	20	88			9		
TOTAL	323	371	48		399	28	

ELEIÇÕES/ PARTIDOS	2000 (399 MUNICÍPIOS)	VARIAÇÃO 2000/1996		2004 (400 MUNICÍPIOS)	VARIAÇÃO 2004/2000	
		AUMENTO (+)	DIMINUIÇÃO (-)		AUMENTO (+)	DIMINUIÇÃO (-)
PMDB	73 (18,29%)		-1	121 (30,25%)	48	
PTB	40 (10,02%)		-14	24 (6%)		-16
PFL	80 (20,05%)	43 (+10,85%)		25 (6,25%)		-55
PDT	18 (4,51%)		-93	44 (11%)	26	
(PDS) (PPB) PP	28		-7	38 (9,5%)	10	
PSDB	89	16		50 (12,5%)		-39
PT	7	2		29 (7,25%)	22	
Outros	64			69		
TOTAL	399			400		

Fonte: Dados adotados e recalculados a partir de Dória, 2001, Tab. 1, p. 72, e Tab. 3, p. 96.

Para o ano de 2004, dados do TRE-PR, compilação dos autores.

¹⁵ De uma bancada de trinta Deputados na Câmara Federal, o PFL do Paraná conseguiu, em 1998, seis vagas, empatando com o PTB. Em seguida vieram o PSDB e o PPB, com cinco Deputados eleitos cada um. Depois o PMDB com quatro, o PT com três e o PDT com um.

¹⁶ O PMDB também perdeu muitas prefeituras quando deixou o governo do estado: em 1992 (sob a administração Requião) fez 138 municípios (37% do total); em 1996 (sob a administração Lerner) perdeu 64 cidades.

Nas eleições em 2000 para prefeito da capital e para a Câmara de Vereadores de Curitiba o partido teve o mesmo desempenho exibido na Assembléia Legislativa.

Tabela 4

Desempenho do PFL na bancada municipal de Curitiba (1988-2000)

ANO	TOTAL VOTOS	TOTAL VOTOS PFL	% DO TOTAL	Nº CADEIRAS	ÍNDICE DE AVANÇO*
1988	672.614	49.032	7,95	3	0
1992	747.674	56.869	7,6	3	1,43
1996	819.953	73.978	11,88	4	3,11
2000	927.260	191.603	21,13	9	12,15
2004	1.009.045	105.927	10,49	5	-5,5

Fonte: TRE-PR. Compilação dos autores.

* O índice da última coluna da tabela diz respeito ao avanço no total de votos do PFL.

Depois de 1997, o PFL dobra não somente a bancada na Assembléia, mas o número de Prefeitos eleitos e o número de Vereadores em Curitiba, que passam de quatro para nove, controlando mais de 21% dos eleitores da capital. Reelege também o prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi (ex-PDT).

II.2 A influência do PFL na Assembléia Legislativa e no executivo estadual

Além do avanço eleitoral importante no intervalo 1998-2000, o PFL ganhou poder também na esfera parlamentar e no executivo estadual. Em 1998 elegeu pela primeira vez o presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Aníbal Khury¹⁷. Passou também a contar com funções importantes nas principais comissões parlamentares e a ocupar posições-chave em comissões especiais. A Comissão Permanente de Constituição e Justiça, por onde passam todos os projetos que tramitam na Assembléia, foi presidida pelo Deputado Basílio Zanusso. Além dela, o partido comandou a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (Deputado Plauto Miró Guimarães) e a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente (Deputado Kiélse Crisóstomo)¹⁸.

Na esfera do poder executivo o PFL também ganhou força. Apesar de ter feito parte da coligação que elegeu Lerner em 1994, o partido não havia conseguido indicar nenhum secretário de estado até 1997. Desde a filiação do Governador, o PFL passaria a contar com cerca de um terço dos secretários estaduais¹⁹.

¹⁷ O deputado Khury já tinha sido presidente da Assembléia por duas gestões, mas não estava filiado ao PFL.

¹⁸ O partido ocupou funções mais elevadas também em Comissões Especiais. Em 2000 o Deputado Plauto Miró Guimarães foi vice-presidente da Comissão Especial de Investigação do Cartel dos Supermercados. Em 2001 Plauto foi novamente Vice-Presidente da Comissão Especial de Investigação da Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná).

¹⁹ Esse é um número aproximado em função das repetidas modificações no número de secretarias, fusões de órgãos e da criação de "Organizações Sociais", que as substituíram.

Quadro 3

Secretários de estado filiados ao PFL nos governos Lerner (1995 - 1998 e 1988 - 2002)

Primeiro Governo (1995-1998)

SECRETÁRIO DE ESTADO	SUB-PERÍODO	SECRETARIA	PARTIDO DE ORIGEM	PARTIDO NO GOVERNO
1. Silvio Barros II	1995-1996	Esporte e Turismo	PFL	PFL
2. Cândido Martins Oliveira	1995-1998	Segurança Pública	ARENA/ sem part.	PFL
1. José Cid Campelo Filho	1998-1998	de Governo	PDT	PFL
3. Cássio Taniguchi	1995-1996	Planejamento e Coordenação	PDT	PDT
4. Lubomir Ficinski Dunin	1995-1998	Desenvolvimento Urbano	PDT	PDT
5. Giovanni Gionédís	1995-1997	Governo	PDT	PDT/PFL
6. Hitoshi Nakamura	1995-1998	Meio Ambiente	PDT	PDT/PFL
7. Rafael Greca	1997-1997	Planejamento e Coordenação	PDT	PFL
8. Reinhold Stephanes Jr.	1995-1998	Administração	PFL	PFL
9. Alcení Guerra	1997-1998	Casa civil	PFL	PFL
10. Nelson Justus	1996-1998	Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico	PTB	PFL
Banco oficial				
Ingo Hübert	1995-1997	Banestado	sem partido	PFL
Manoel Campinha Garcia Cid	1997-1999	Banestado	PFL	sem partido

Segundo Governo (1998-2002)

SECRETÁRIO DE ESTADO	SUB-PERÍODO	SECRETARIA	PARTIDO DE ORIGEM	PARTIDO NO GOVERNO
1. Alex Canziani	1999-1999	Emprego e Relações do Trabalho	PTB	PFL
2. José Tavares Silva Neto	1999-2000	Justiça e da Cidadania	PTB	PFL
3. Carlos Henrique Sá de Ferrante	2000-2000	Comunicação Social	PFL	PFL
4. Mônica Rischbieter	2000-2001	Cultura	PDT /PSB	PFL
5. Alcení Guerra	2000-2002	Casa Civil	PFL	PFL
6. José Andreguetto	2000-2002	Meio Ambiente	sem partido	PFL
7. Ricardo Cunha Smijtk	2000-2002	Administração	sem partido	PFL
8. Guaracy Andrade	2000-2002	Integração Regional	PDT/PFL	PFL

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira - Universidade Federal do Paraná (UFPR).

II.3 O comportamento da bancada do PFL na ALEP

A partir de 1997 a bancada do Partido da Frente Liberal na Assembléia tornou-se a base de sustentação do governo. Em todas as votações importantes – concessões para privatização das rodovias estaduais; instituição de um novo sistema de previdência pública e assistência médica (“Paraná Previdência”); e autorização para a privatização da companhia de energia do estado (Copel) – o governo obteve maioria simples de votos em função do apoio principalmente do PFL e do PTB. Duas delas merecem destaque.

Em dezembro de 1998, ao fim da última legislatura, foi votado na Assembléia Legislativa o projeto de lei que criava o novo sistema de previdência e assistência dos servidores públicos, o “Paraná Previdência”. O sistema substituiu o extinto IPE (Instituto de Previdência do Estado) e sofreu muitas críticas, principalmente de representantes sindicais das categorias de funcionários públicos²⁰. Os Deputados do PFL votaram em bloco a favor da proposta e garantiram sua aprovação.

Outro projeto polêmico do governo Jaime Lerner foi a proposta, formalizada no início de 2001, para a privatização da Companhia Paranaense de Eletricidade (Copel) em outubro do mesmo ano. Desde o início a iniciativa do executivo estadual recebeu críticas de importantes setores da sociedade²¹. Apesar da pressão e do inevitável desgaste político, todos os deputados do PFL votaram a favor da venda da companhia. A medida foi aprovada.

Essas duas votações evidenciam o grau de união do PFL em torno do executivo estadual, sua disciplina como partido do governo e sua força relativa diante das outras agremiações na Assembléia.

Parece certo, portanto, afirmar que o PFL só ganha importância – eleitoral, política e parlamentar – como partido no Paraná apenas após a entrada na agremiação de Jaime Lerner. Contudo, o PFL-PR constituiu-se, a partir de 1997, em um partido *para o governo* e não num partido *de governo*.

III. CENTRALIDADE RELATIVA NA POLÍTICA ESTADUAL: RENDIMENTO ELEITORAL E ÍNDICE DE PERMANÊNCIA

Com base nos dados eleitorais, que indicam um crescimento real da sigla no

²⁰ Pelo IPE, os cerca de 200 mil servidores da ativa e aposentados tinham direito a consultas e tratamentos médicos em todas as cidades do Paraná. Com o “Paraná Previdência”, apenas hospitais credenciados poderiam realizar tratamentos, que seriam pagos pelo plano de saúde estadual. Além dos problemas relativos à assistência médica, o projeto do governo apresentava um problema político ainda maior para seus defensores: quando aprovado, não tinha nem previsão orçamentária, nem definia a origem dos recursos para manutenção dos pagamentos das aposentadorias e pensões.

²¹ Dirigentes de entidades que normalmente davam seu apoio ao governo Lerner, como a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e a Associação Comercial do Paraná (ACP), manifestaram-se oficialmente contrários à privatização da Copel. Até mesmo a imprensa local, que quase nunca adota posições antigovernistas, alinhou-se contra a privatização da Companhia, através da associação que representava os donos de veículos de comunicação do Paraná. Paralelamente, nos meses que antecederam a votação do projeto que permitia o leilão da maioria acionária da empresa, partidos de oposição organizaram uma coleta de assinaturas em todas as regiões do Paraná a fim de apresentar um projeto de lei de iniciativa popular que impedia a privatização.

estado a partir das eleições de 1998, e no aumento da participação do partido em postos no governo e na Assembléia, seria justo pensar que o PFL-PR estaria se institucionalizando, a exemplo do que aconteceu com o PFL em nível nacional.

Porém uma análise mais detalhada do partido (da sua votação e da dinâmica de suas bancadas) no período posterior ao ingresso do Governador Lerner mostra que, ao invés de crescer, o partido inflou e, ao invés de se transformar no *partido do governo*, tornou-se um *partido para o governo*. Seu novo papel diz respeito prioritariamente à “governabilidade” (e a exigência daí derivada de formação de maiorias estáveis); ele não se tornou uma máquina política destinada a ocupar e/ou controlar o executivo estadual ou seus centros decisórios principais.

A fim de evitar conclusões pouco fundamentadas, compare-se o rendimento dos liberais com outros *partidos de governo* em períodos anteriores. A análise do comportamento eleitoral do PFL no interior do Paraná nas eleições municipais de 2000 – as primeiras com a presença do Governador no partido – sugere que se deva relativizar o fortalecimento da sigla no período recente. Voltaremos a esse ponto mais adiante. Analise-se igualmente a bancada eleita de Deputados estaduais do PFL na legislatura 1998-2002 na Assembléia estadual. Sob nenhum ponto de vista tratou-se de um grupo politicamente homogêneo (apesar da coesão nas votações, como se viu).

Até a entrada do Governador Lerner, a bancada do partido na Assembléia possuía seis cadeiras e seus integrantes tinham um perfil político muito bem definido. Dessa fase do “PFL original”, faziam parte do partido, por exemplo, o deputado Basílio Zanusso, um dos fundadores da agremiação no estado, em 1985. Com o extraordinário crescimento da sigla a partir de 1997 surgiu uma nova ala, formada principalmente por migrantes recém-chegados do PDT. O desenvolvimento de conflitos entre as duas facções do partido não demorou muito a aparecer. Depois da reeleição do Governador, em 1998, os pefelistas originais perceberam que os ex-pedetistas haviam tomado conta da máquina partidária, em prejuízo dos interesses “históricos” dos quadros originais²².

III.1 Os prefeitos do Paraná

Do ponto de vista estritamente eleitoral, a Tabela 3 sugere algumas conclusões interessantes.

Enquanto controlou o governo do estado, durante os anos oitenta e na primeira metade dos noventa, o PMDB conseguiu eleger 51% prefeitos dos municípios paranaenses em 1988 e 37% em 1992. Nas eleições municipais de 1996 o partido já tinha deixado o

²² O ponto de maior tensão entre adventícios e “autênticos” deu-se em 2000, quando o Deputado Abelardo Lupion (representante dos segundos) resolveu candidatar-se a presidente do diretório estadual contra o grupo do Governador Lerner. Representante destacado dos ruralistas, Lupion queria ver cumpridos 57 mandados judiciais de reintegração de posse de propriedades rurais invadidas pelo MST no estado, decisão adiada pelo Secretário de Segurança Pública (Cândido Martins de Oliveira). A candidatura promoveu um “racha” interno e o partido quase se dividiu. Foi preciso a indicação do ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos, um nome de consenso entre os governistas e os genuínos, para impedir dissidências maiores. Lupion retirou sua candidatura e João Elísio, que vive no Rio de Janeiro, onde preside uma federação nacional de empresas seguradoras, foi eleito presidente estadual do PFL.

executivo e fez apenas 18,5% de prefeitos, mantendo praticamente o mesmo índice em 2000 (perdendo apenas uma cidade), com 18% (ver Tabela 3).

Já o PDT, enquanto esteve na oposição ao governo estadual, conquistou 8% das cidades em 1988 e quase 11% em 1992. Nas eleições municipais de 1996 o partido, que contava com o apoio do Governador Lerner, quase conseguiu triplicar o número de prefeituras, chegando a 28% dos candidatos eleitos (o que significa um aumento de quase 200%). Em 2000, fora do governo, o PDT só alcançou 4,5% das prefeituras do Paraná.

O PFL, por sua vez, tinha pouco mais de 11% de Prefeitos eleitos em 1988, 10,5% em 1992 e 9% em 1996, mantendo praticamente os mesmos índices durante todo o período em que esteve na oposição. Em 2000, com o apoio, prestígio, cargos e verbas do Governador, o partido mais que dobrou o número de cidades sob seu controle. Fez 20,5% dos Prefeitos eleitos, um crescimento expressivo.

Todavia uma leitura mais atenta desses números indica que, apesar da presença de Lerner e do visível avanço eleitoral, o PFL não conseguiu fortalecer sua presença no interior: no período dos seus governos o PMDB chegou a ter nada menos do que 51% das prefeituras. Até mesmo o PDT, partido do Governador nas eleições de 1996, conseguiu melhor desempenho nos municípios (28%) do que o PFL em 2000. O avanço eleitoral não foi acompanhado por um enraizamento do partido fora de Curitiba, num movimento de capilarização.

Deputados indicam o fato do Governador não ser um “homem de partido” como responsável pelo crescimento *relativo* da sigla²³. Além disso, o fato de o Governador ter sido reeleito em 1998 por uma coalizão de partidos²⁴, e não por uma única sigla, significa dizer que o governo teria de dar espaço a outras agremiações, ao contrário do que ocorreu nos anos oitenta, quando o PMDB foi hegemônico e reinou sozinho no cenário político regional.

III.2 Instabilidade das bancadas

As bancadas de representantes do PFL na Assembléia do Paraná e na Câmara Municipal de Curitiba, apesar de terem sido as maiores nas eleições de 1998 e 2000 (12 e 9 cadeiras, respectivamente), demonstraram muita instabilidade.

Para medir a estabilidade da bancada nós criamos o *Índice de Permanência Média no Partido* (ou simplesmente índice de permanência – IPM). O objetivo desse indicador é avaliar o percentual médio de permanência dos Deputados nas bancadas ao longo do mandato parlamentar. Trata-se de um índice agregado; portanto, não há interesse em medir a permanência individual nas bancadas, mas sim a média da bancada. Logo, quando o índice de permanência do partido *x* indica por exemplo 0,75 para o ano *y*, isso

²³ Em entrevista aos autores, o deputado Basílio Zanusso declarou que Jaime Lerner não se preocupava muito com a vida partidária e nem se interessava por estimular reuniões do PFL. Outro ponto decisivo: no governo, as decisões principais continuaram nas mãos de Lerner e de sua “equipe”, e não do partido. Entrevista concedida em 26 fev. 2002.

²⁴ Nada menos de 14 partidos. Doze partidos de direita: PFL, PPB, PTB, PSL, PST, PTN, PSC, PL, PRN, PSD, PRP e PT do B; dois partidos de esquerda: PPS, PSB.

significa que, do total de Deputados que passaram por aquele partido, eles permaneceram, em média, 75% dos meses daquele ano na sigla. Se, no mesmo ano, o partido *z* teve índice de permanência de 0,8, significa que, comparativamente, os Deputados do partido *z* ficaram mais tempo na sigla que os Deputados do partido *x*. O estabelecimento dos índices ao longo dos anos deve mostrar se para um mesmo partido houve um crescimento ou decréscimo do tempo médio de permanência na bancada²⁵.

Os valores podem variar de 0 a 1. Zero representa a inexistência de parlamentares filiados ao partido em determinado período e 1 significa que todos os parlamentares que iniciaram o período em certo partido terminaram na mesma agremiação. Quanto maior for o índice de permanência, maior será a “fidelidade” do conjunto de parlamentares da bancada ao partido. Do contrário, quanto menor o índice de fidelidade, maior será a volatilidade dos parlamentares em relação à bancada. O indicador é sensível tanto para a saída quanto para a entrada de Deputados no partido. Portanto, se uma bancada cresce muito durante um mandato, isso significa que o índice de permanência irá cair, pois o percentual médio de permanência dos parlamentares naquele partido será reduzido.

Como se trata de medir fidelidade ao partido, o índice de permanência foi criado para apresentar, com a maior precisão possível, não apenas as pontas de início ou fim de mandato, mas para indicar alterações durante a legislatura. Por exemplo: tome-se dois partidos (*A* e *B*) que começaram o período de análise com nove parlamentares na bancada e terminaram o período, ambos, com 12 parlamentares (a bancada aumentou, portanto). Agora imaginemos que partido *A* tivesse começado a legislatura com nove parlamentares e ganhou três durante o período e o partido *B* também tivesse começado também com nove parlamentares, perdido um e filiado outros quatro, apenas o índice de permanência, como proposto aqui, seria capaz de indicar a diferença nas duas bancadas. De acordo com este método, a permanência média no partido *B* ficaria um pouco abaixo da permanência média no partido *A* para o mesmo período. Igualmente, o índice de permanência é capaz de mostrar variações de comportamentos de bancadas de partidos com o mesmo número de parlamentares (cujo valor total não variou), mas que se comportaram de maneira distinta durante o ano ou mandato. Por exemplo, digamos que os partidos *C* e *D* iniciaram determinado mandato parlamentar com bancadas de 10 cadeiras cada um e ambos terminaram o mandato com as mesmas 10 cadeiras cada. Acontece que a bancada do partido *C*, no segundo ano de mandato, perdeu 5 parlamentares e ganhou outros cinco, que permaneceram até o final. Considerando que o mandato é de

²⁵ O maior refinamento do índice depende do corte temporal a ser utilizado para medir a permanência. Esse corte pode ser anual, quando o objetivo é medir a permanência média em um mandato, mensal, semanal ou diário, quando se quiser medir a permanência média em um ano. Uma vez tomado o índice de permanência anual, basta calcular a média dos quatro anos para obter o valor para o mandato. Se o recorte for anual, cada mês que um Deputado passou em determinada bancada representará 1/12 do total. Se for semanal, uma semana representará 1/47. E se diário, cada dia terá peso de 1/365 do total do ano. Após obter o resultado por parlamentar no decorrer do ano, somam-se os valores dos parlamentares e divide-se pelo número de Deputados que passaram pela bancada do partido no ano. O resultado será o índice de permanência média na bancada. Nossa base de cálculo foi mensal.

4 anos, ao final, o partido *C* terá um índice de permanência de 0,75 e o partido *D* um índice de permanência de 1. Ou seja, os parlamentares do partido *D* foram mais fiéis à sigla que os do partido *C*, embora as duas bancadas tenham começado e terminado o mandato do mesmo tamanho.

Apesar de se tratar de um dado agregado, as mudanças individuais influenciarão o índice geral. Por exemplo, numa bancada hipotética formada por dois parlamentares em que um deles permaneceu todo o período no partido e o outro apenas metade do período em análise, o valor individual do primeiro será 1 e do segundo, 0,5. A média dos dois parlamentares resultará em um índice médio de permanência de 0,75 no partido no período.

O recorte temporal adotado neste trabalho foi mensal. Aferiu-se a filiação partidária de cada Deputado durante os 12 meses do ano para identificar em quais bancadas ele esteve e que peso proporcional ele teria tido para cada partido pelo qual passou no período. Isso foi realizado para os 16 anos analisados (1987-2002). Apenas no último ano, ao invés de serem contados 12 meses, foram apenas seis, pois a pesquisa seguiu os parlamentares até o mês de junho de 2002. Para efeito de cálculo só se considera o tempo em que o Deputado permaneceu na Assembléia Legislativa. Se ele faleceu ou deixou o mandato por ter sido nomeado Secretário de estado ou eleito a outro cargo político, esse fato cessa a influência no índice de permanência. Por exemplo, se o Deputado *z* faleceu no mês de maio, a proporção mensal de permanência do indivíduo na bancada será de 1/5 e não de 1/12. O mesmo vale para seu suplente, que terá uma proporção de permanência na bancada para aquele ano de 1/7. Não sumarizamos os índices por mandato, como se verá a seguir, mantendo-os com referência aos anos porque, em primeiro lugar, os dados anuais são mais ricos que as médias por mandato, que poderiam esconder particularidades; e, em segundo lugar, porque uma correlação bivariada simples entre o índice de permanência e os períodos dos mandatos mostrou um coeficiente muito baixo, considerado não significativo estatisticamente.

A seguir, a Tabela 5 sumariza os Índices de Permanência mensal (em médias anuais) e o tamanho da bancada do PFL na Assembléia Legislativa do Paraná no início de cada ano desde 1987. As duas variáveis serão analisadas em conjunto como indicadores empíricos de um suposto processo de institucionalização. Para essa análise pormenorizada optamos por tratar apenas da bancada de Deputados estaduais do PFL. Isso por dois motivos. O primeiro é que não existem dados disponíveis sobre a migração partidária para o mesmo período (1987 a 2002) para as bancadas no legislativo municipal de Curitiba. Em segundo lugar, porque, de acordo com nosso modelo, supomos ser a Assembléia Legislativa a melhor arena para indicar se um partido está se institucionalizando *no estado* ou não.

Tabela 5

Demonstrativo da bancada do PFL na Assembléia Legislativa do Paraná (1987-2002)

ANO	ÍNDICE PERMANÊNCIA	TAMANHO BANCADA *
1987	1,00	8
1988	1,00	6
1989	0,93	6
1990	1,00	5
1991	0,95	6
1992	0,96	7
1993	0,79	8
1994	1,00	6
1995	0,99	7
1996	1,00	7
1997	0,54	6
1998	1,00	19
1999	0,83	10
2000	0,94	9
2001	0,86	10
2002	1,00	9

Fonte: TRE-PR. Compilação dos autores.

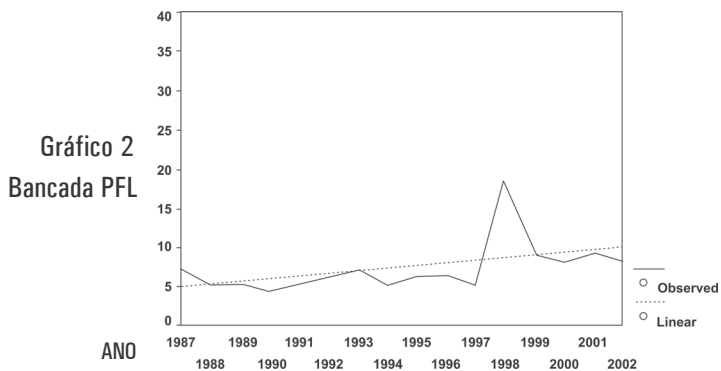
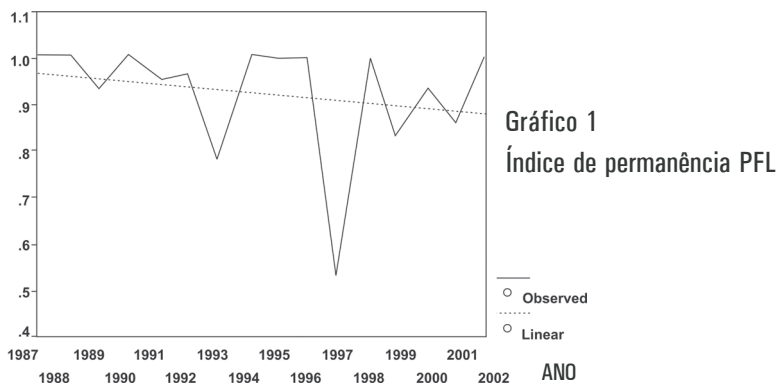
* dados referentes ao tamanho da bancada no mês de *fevereiro* de cada ano.

Como salientado anteriormente, a consideração apenas do crescimento numérico da bancada estadual de um partido (em termos absolutos) é insuficiente como indicador de institucionalização partidária, pois muitas bancadas podem prosperar e manterem-se estáveis numericamente, porém com uma grande variação interna de seus membros. Logo, o índice de avanço parlamentar do partido – uma adaptação do índice de avanço eleitoral – não é suficiente para medir a institucionalização. O índice de permanência média na bancada é mais apto para este fim. Quanto maior for a permanência média, mais institucionalizado está o partido *no parlamento*. No entanto, isso não significa que o partido esteja institucionalizado *na sociedade* (i.e., junto ao eleitorado). Pode haver um partido “nanico” no parlamento, altamente institucionalizado, porque não há mudanças de parlamentares em sua bancada, mas com baixa representatividade social. Considerando o fato de que, para ser institucionalizado, um partido precisa de raízes sociais (i.e., votos), uma sigla com uma bancada pequena tem grandes chances de não possuir a difusão social mínima esperada pelo modelo.

A opção aqui adotada foi analisar as duas variáveis, tamanho de bancada e índice de permanência para que o resultado dos dois indicadores pudesse apontar se existiu (ou não) um processo de institucionalização no período. Assim, segundo nossa proposta, só pode ser considerado partido em processo de institucionalização regional aquele cuja bancada, na Assembléia Legislativa, *apresentar uma curva ascendente tanto no número de*

parlamentares quanto no índice de permanência média ao longo de tempo. Partidos que apresentarem índices de permanência em crescimento e bancada em queda não podem ser considerados em processo de institucionalização, pois estarão perdendo representação social. Por outro lado, partidos que apresentarem índice de permanência em queda e bancada em crescimento também não podem ser considerados institucionalizados, pois o grau de fidelidade dos representantes eleitos à sigla estará em queda, apesar de ele ter uma significativa representatividade social, através dos votos obtidos. Conforme explicado acima, o índice de permanência leva em conta o período total em que o Deputado esteve na Assembléia, não sendo aplicados os 48 meses para aqueles que faleceram, deixaram o mandato para assumir uma secretaria de estado ou foram eleitos Prefeito no meio da legislatura. Nesses casos, o número de meses em que o parlamentar esteve na Assembléia será usado como base para o cálculo do índice de permanência.

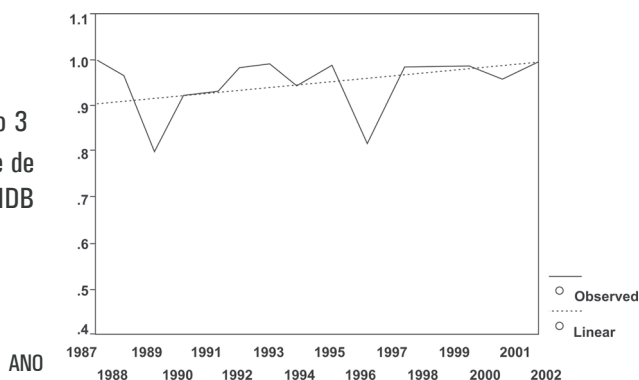
Este exercício tem a função de indicar tendências temporais, pois se sabe que, quando há uma mudança no tamanho da bancada do partido – independente do sinal –, haverá queda no índice de permanência média. Por isso optamos pela apresentação da tendência temporal através de uma regressão linear, com a apresentação de gráficos contendo a curva normal.



Durante os anos oitenta e início dos noventa o PFL do Paraná não tinha uma liderança regional de peso (tal como em outros estados – na Bahia, Antonio Carlos Magalhães; em Pernambuco, Marco Maciel; em Santa Catarina, Jorge Bornhausen (cf. Cantanhêde, 2001)) e, se não fazia oposição aberta ao Governo do estado, estava, em todo caso, longe do poder²⁶. Com a eleição de Jaime Lerner, em 1994, o PFL converteu-se em partido da base governista e, em 1997, com a filiação do governador, começou a contar com uma figura forte para polarizar votos e transferir prestígio. Isso foi suficiente para fazer com que a *bancada* do PFL na Assembléia apresentasse uma curva normal ascendente no período 1997-1999 (ver Gráfico 2). Porém, foi insuficiente para garantir a fidelidade dos parlamentares ao partido, pois o índice de permanência apresentou uma curva descendente (ver Gráfico 1), sabotando o processo de institucionalização. Percebe-se que a maior queda no índice de permanência do partido acontece exatamente no ano da filiação do governador Lerner (1997). Da mesma forma, o maior crescimento da bancada acontece nesse ano (variação captada pelos dados de fevereiro de 1998, de acordo com a Tabela 5); porém o número de representantes não consegue sustentarse e começa a diminuir nos dois anos seguintes.

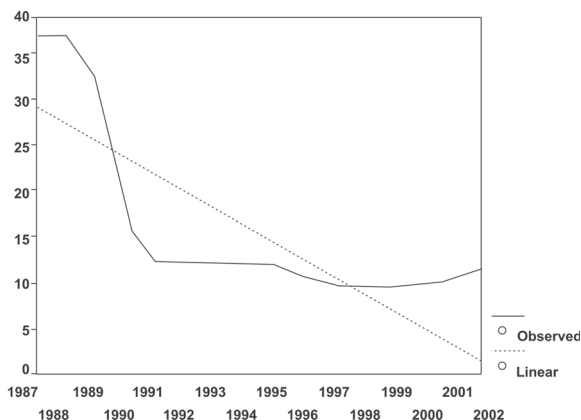
A título de comparação, veja-se o que se passou noutros dois partidos. O PMDB do Paraná apresentou uma tendência inversa à do PFL. O partido, que foi governo até meados dos anos noventa, teve uma queda no tamanho da bancada durante todo o período, com uma curva normal acentuadamente descendente nessa variável (ver Gráfico 4). Isso evidencia a redução da capacidade de representação na sociedade por parte do partido. Por outro lado, o índice de permanência do PMDB no período (Gráfico 3) teve uma curva normal ascendente, demonstrando um crescimento da fidelidade dos parlamentares que permaneceram na sigla mesmo depois que o partido deixou o executivo e passou a fazer oposição ao governo. Seguese daí que o PMDB tende a ser mais institucionalizado que seu rival.

Gráfico 3
Índice de permanência PMDB



²⁶ Foi um período, segundo o Deputado Zanusso, “de grandes dificuldades”, em que a representação na Assembléia Legislativa era “pouco expressiva” e ao partido faltava “organização”. “Também não tínhamos experiência de oposição, pois o PFL nunca soube fazer uma oposição muito forte e aguerrida”. Entrevista aos autores (26 fev. 2002). Isso só mudava, para Pizzato, “nos períodos eleitorais”, em que a relação com os governos do PMDB “tornava-se mais contundente”. Entrevista do Deputado federal Luciano Pizzato aos autores (por correio eletrônico) em 30 abr. 2002.

Gráfico 4
Bancada PMDB



O único dos principais partidos da Assembléia Legislativa do Paraná no período de 1987 a 2002 a apresentar as duas curvas no sentido ascendente foi o PTB. Mesmo tendo obtido um aumento médio em sua bancada parlamentar no estado, o partido conseguiu ter um crescimento médio do índice de permanência. Isso não significa que não houve transformações na bancada do partido no período em análise. O gráfico do índice de permanência mostra que em 1997 o PTB partido chegou ao ponto mais baixo dos anos analisados aqui. O tamanho da bancada também teve significativas oscilações entre 1997 e 2002. O importante a ressaltar aqui é que uma visão distanciada de fatores conjunturais mostra que o partido apresentou uma tendência de crescimento em ambas variáveis. O que diferencia o PTB do PMDB e do próprio PFL no período é que o primeiro não teve uma liderança regional de expressão no Paraná, tendo participado dos governos do PMDB, exceto no último (1990-1994); e apoiou os oito anos de governo de Jaime Lerner e dele participou oficialmente.

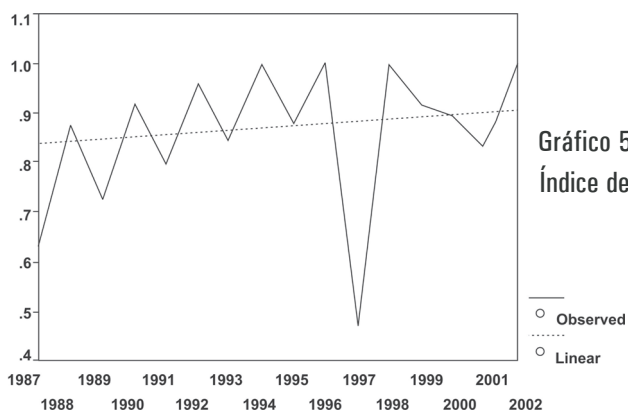
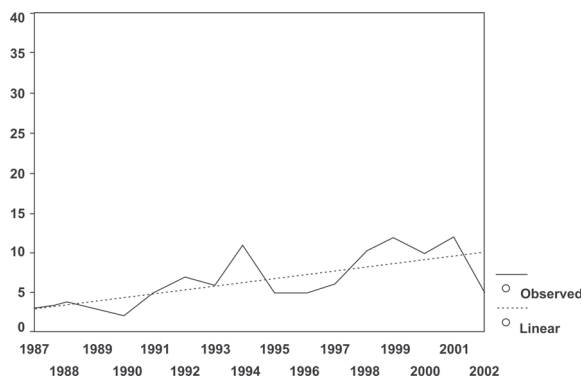


Gráfico 5
Índice de permanência PTB

Gráfico 6
Bancada PTB



Voltando ao PFL-PR, vê-se que a progressão do tamanho da bancada do partido na Assembléia está em relação direta com dois eventos: a filiação em 1997 e a reeleição do governador em 1998. Parece claro que foi isso (e só isso) que promoveu seu crescimento no estado. O índice de permanência, entretanto, variou significativamente (ver Gráfico 1). Ele foi 1,00 apenas nos anos pares, que são os anos em que ocorrem eleições. Isso sugere uma relação causal simples: os políticos só permanecem no partido porque a legislação eleitoral exige dos candidatos a sua filiação à sigla pela qual irão concorrer ao menos um ano antes da eleição²⁷. Nos outros anos eles se mudam com frequência, fazendo cair o IPM. Não foi diferente com os “liberais” paranaenses.

III.3 Migrações partidárias

Por que os políticos migram? Parlamentares trocam de partidos em função de estratégias eleitorais futuras de curtíssimo prazo, principalmente para garantir maior possibilidade de reeleição²⁸. Por isso os índices de migração em anos ímpares (quando termina o prazo legal para as filiações de candidatos às eleições seguintes) aumentam em relação aos anos pares. Outra razão que deve ser considerada é a chamada “conexão presidencial” (Amorim & Santos, 2001), que leva em conta a relação entre o executivo e o legislativo, incluindo barganha, patronagem e clientelismo dos congressistas como um estímulo à migração partidária. Nesse caso, os beneficiados com os recursos de patronagem tenderiam a migrar para partidos da base do governo.

Essa é, imagina-se, uma hipótese bastante rentável. Como esse trabalho trata de partidos nos estados, substituiremos o termo “conexão presidencial” por “conexão governamental”. De acordo com nossa interpretação, políticos buscam conexão

²⁷ Lei 9.504, de 1997.

²⁸ O que equivale a dizer “que os deputados optam pelas alternativas de ação capazes de maximizar suas chances de sucesso na carreira política” (Melo, 2000). Ver também Schmitt, 1999. Para um resumo da polêmica na literatura a respeito da migração, e uma posição própria, cf. Diniz, 2000.

governamental para aumentar sua possibilidade de reeleição, trazer benefícios para suas bases eleitorais e melhorar sua posição relativa no campo político (no legislativo e junto ao executivo). Esse movimento, embora faça aumentar o partido - do ponto de vista eleitoral e organizacional - não o fortalece, ou o “institucionaliza”, nos nossos termos. Dificuldades conjunturais diversas - derrota eleitoral do governo, queda dos índices de popularidade da liderança política principal, desgastes da administração pública, efeitos negativos de projetos polêmicos diante da opinião pública etc. - promovem nova leva de migrações, fragilizando a agremiação.

O recuo significativo do índice de avanço nas eleições proporcionais de 2002 (v. Tabelas 1 e 2) é uma prova do que se quer dizer. O mesmo fenômeno se repetiu nas eleições de Vereadores em 2004 (v. Tabela 4). Das nove cadeiras conquistadas em 2000 o partido só conservou cinco.

No período final do governo Lerner houve uma queda brusca do desempenho eleitoral do PFL. O partido fez 11% dos votos válidos para Deputado estadual (contra os 22% que garantiu para si em 2000), voltando aos níveis do início da década de noventa. Na verdade, tratou-se do segundo pior desempenho da sigla desde 1986. Isso lhe deu apenas sete cadeiras na Assembléia Legislativa, atrás de PMDB e PT, e um índice de avanço eleitoral de -2,47. Na Câmara Federal a performance do PFL-PR foi ainda pior: 7% dos votos, apenas duas cadeiras conquistadas e um índice de avanço negativo: -2,68. O partido sequer apresentou candidato à sucessão governamental. Assistiu assim impassível ao retorno do PMDB e de sua maior liderança política no estado: Roberto Requião.

Em 2004, já sem Lerner, que trocara o PFL pelo PSB no segundo semestre de 2003²⁹, o Partido da Frente Liberal venceu em 25 cidades apenas, perdendo 55 prefeituras sob seu controle, Curitiba inclusive (ver Quadro 4 em anexo). Nunca o percentual de municípios sob os liberais foi tão escasso: somente 6% de todo o estado. O partido do Governador reconquistou sua hegemonia e o PMDB passou a controlar 30% das administrações municipais (ver Tabela 3).

Esses valores - índice de avanço eleitoral, taxas de prefeituras conquistadas e índice de permanência média da bancada - indicam que o partido, ao amarrar seu destino institucional à figura pessoal do governador Lerner, ficou na dependência das oscilações da sua presença à frente do governo e, igualmente, do seu prestígio pessoal.

Enquanto o Chefe do executivo estadual contou com um bom índice de aceitação junto à opinião, o partido cresceu. A decadência da imagem pública de Lerner, contudo, levou o partido a uma regressão no cenário político regional. Segundo o ranking dos Governadores do Instituto Datafolha, de junho de 2001, Jaime Lerner passou de sétimo para nono colocado nacional. Sua nota média à época era de 5,0 pontos. Cerca de um terço dos entrevistados, 32%, reprovava seu desempenho; para 37% ele era regular e 27% o aprovavam. Desde o início de seu segundo mandato (1999-2002), Lerner apresentou queda nas taxas de popularidade. Em junho de 1999 era aprovado por 52%, em dezembro

²⁹ O ex-governador deixou o PFL e filiou-se ao PSB pois pretendia-se candidatar-se à Prefeitura do Rio de Janeiro em 2004 e transferiu o seu domicílio eleitoral para a cidade.

do mesmo ano essa taxa caiu para 46%. Em junho de 2000 oscilou para 44%, caindo para 35% em dezembro deste ano e em dezembro de 2002 chegou a 27%, o menor índice desde que assumiu o governo pela primeira vez em 1995. A taxa de rejeição a seu governo cresceu continuamente ao longo do segundo mandato e oscilou de 19% (junho de 1999) a 36% (dezembro de 2002)³⁰.

De fato, há fortes indicações de que o personalismo suplantou a estruturação partidária no caso do PFL do Paraná nos anos noventa e no início da década seguinte. Os resultados eleitorais de 2002 e 2004 confirmam essa hipótese, mostrando um recuo do partido também na arena eleitoral.

IV. CONCLUSÕES

A história do Partido da Frente Liberal no Paraná pode ser dividida em duas fases bem distintas. Uma antes, outra depois do ingresso, na agremiação, do governador Jaime Lerner.

Procuramos demonstrar que, mesmo tendo ganho significativo fôlego eleitoral, aumentado suas bancadas estadual e federal em 1997-1998 e conquistado 20% das prefeituras do estado em 2000, o PFL-PR não conseguiu institucionalizar-se ou tornar-se um partido estável, contrariando o estilo nacional da agremiação. Mesmo os dados eleitorais devem ser tomados com o devido cuidado.

Por outro lado, note-se, nunca se tratou do controle do governo por determinado partido, mas exatamente do seu inverso: do controle do partido por determinado governo.

A ocupação de cargos no primeiro e segundo escalão possivelmente não se traduziu em influência efetiva sobre o processo decisório governamental, ficando a “equipe” do governador com o monopólio das questões-chave; o comportamento unificado da bancada (disciplina partidária) não induziu fidelidade partidária e as taxas de migração dos políticos pefelistas continuaram elevadas. Ao invés de transformar-se no partido do governo, o PFL-PR foi apenas um *partido para o governo* e um recurso institucional importante do líder político no estado, notadamente no que se refere à “governabilidade”. Quando as taxas de popularidade do segundo decresceram, a incipiente “institucionalização” do primeiro também recuou. Quando Lerner deixou a agremiação, seu desempenho diminuiu drasticamente. Pagouse assim o preço da dependência quase exclusiva de uma liderança personalista que, curiosamente, apresenta-se como puramente “técnica”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Barry, *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 2000.

AMORIM NETO, Octavio & SANTOS, Fabiano. A conexão presidencial: facções pró e

³⁰Cf. dados do sítio do Instituto Data Folha ver http://www.folha.uol.com.br/folha/datafolha/po/avalgov_pr_9402.shtml<acesso: 22 de julho 2003>

- antigoverno e disciplina partidária no Brasil. *Dados*, vol.44, n. 2, p. 291-321, 2001.
- BALHANA, Altiva P. Eleições em Santa Felicidade, 1945-1965. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 27, jul., p. 203-260, 1969.
- BRAGA, Sérgio Soares. Verbete Jaime Lerner. In: ABREU, A. A. de; BELOCH, I.; LAMARÃO, S. T. de N.; LATTMAN-WELTMAN, F. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. Cd-Rom, 2002.
- CANTANHÊDE, Eliane. *O PFL*. São Paulo, Publifolha, 2001.
- CERVI, Emerson Urizzi. Comportamento eleitoral volátil e reeleição: as vitórias de Jaime Lerner no Paraná. *Revista de Sociologia e Política*, n.19, nov., pp.123-134, 2002.
- DINIZ, Simone. As migrações partidárias e o calendário eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, no.15, p. 31-48, nov., 2000.
- DÓRIA, Pedro Ricardo. *Liderança, autoridade e contexto político: o caso de Jaime Lerner no Paraná*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2001.
- FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia, Alternativa, 2002.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub & LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989 – 1994. *Dados*, vol. 38, nº 3, p. 497-525, 1995.
- FRANCO SOBRINHO, Manoel de O. Balanço das eleições de 1974 no Paraná. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, jul., p. 237-264, 1976.
- LEPRE, Mário Sérgio. *Caos partidário paranaense*. Londrina, Editora da UEL, 2000.
- MARTINS, Wilson. O Paraná é uma incógnita. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 8, abr., p. 229-254, 1960.
- MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. *Dados*, vol.43, n. 2, p. 207-239, 2000.
- MOURA, Rosa e KORNIN, Thaís. (Des)construindo o discurso eleitoral: o primeiro turno das eleições municipais majoritárias em Curitiba no ano 2000. *Revista de Sociologia e Política*, n. 16 jun. p. 67-95, 2001.
- OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Democratização e institucionalização partidária: o processo político-partidário no Paraná 1979-1990*. Londrina, Editora da UEL, 1998.
- SANTOS, José N. dos. Comportamento eleitoral do Paraná nas eleições de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, jan., p. 227-250, 1964.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro. *Dados*, n. 14, p. 211-239, 1977.
- SCHMITT, Rogério. Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 54, p. 127-146, jul, 1999.

Anexo
Quadro 4
Eleições no Brasil – Paraná e Curitiba (capital) (1982-2002)
Eleitos por partido/coligação; partido majoritário nos legislativos
(número de cadeiras do partido majoritário/número total de cadeiras)

	Prefeitura (Curitiba – PR)	Câmara dos Veredores (Curitiba – PR)	Governo Estadual	Assembléia Legislativa	Câmara dos Deputados	Senado Federal	Presidência da República
1982	Maurício Fruet (PMDB)*	PMDB (22/33)	José Richa (PMDB)	PMDB(34/58)	PMDB (20/34)	Álvaro Dias (PMDB)	
1985	Roberto Requião (PMDB)						
1986			Álvaro Dias (PMDB/PND)	PMDB/PND (37/54)	PMDB/PND (24/30)	José Richa (PMDB/PND) Affonso Camargo (PMDB/PND)	
1988	Jaime Lerner (PDT)	PMDB (12/33)					
1989							Fernando Collor (PRN)
1990			Roberto Requião (PMDB)	PMDB (16/54)	PRN (8/30)	José Eduardo Vieira (PTB/PDS/PTR/ PST)	
1992	Rafael Greca (PDT)	PDT (8/33)					
1994			Jaime Lerner (PDT)	PMDB (12/54)	PP e PFL (6 e 6/30)	Roberto Requião (PMDB) Osmar Dias (PP)	Fernando Henrique Cardoso (PTB/PFL/ PSDB)
1996	Cassio Taniguchi (PDT/PPB/PTB/ PSC/PFL)	PDT (8/35)					
1998			Jaime Lerner (PFL)	PFL (12/54)	PTB e PFL (6 e 6/30)	Álvaro Dias (PSDB)	Fernando Henrique Cardoso (PPB/PTB/ PFL/PSDB/PSD)
2000	Cassio Taniguchi (PFL)	PFL (9/35)					
2002			Roberto Requião (PMDB)	PFL (9/54)	PMDB e PT (6 e 6/30)	Osmar Dias (PDT) Flávio Arns (PT)	Luis Inácio Lula da Silva (PT)
2004	Beto Richa (PSDB)	PT/PTB/PMDB/ PCB/PCdoB (12/38)					

Fonte: TRE-PR. Compilação dos autores.

*nomeado

Quadro 5
Indicadores partidários na Assembleia Legislativa do Paraná
Índice de permanência e bancadas por principais partidos (1987-2002)*

	índice permanência	bancada	índice permanência	bancada	índice permanência	bancada	índice permanência	bancada	índice permanência	bancada
	PDT	PDT	PFL	PFL	PMDB	PMDB	PT	PT	PTB	PTB
1987	,79	5	1,00	8	1,00	37	1,00	1	,63	,
1988	1,00	4	1,00	6	,97	37	1,00	1	,88	4
1989	,92	4	,93	6	,88	32	1,00	1	,72	3
1990	1,00	5	1,00	5	,80	24	1,00	1	,92	2
1991	,97	6	,95	6	,92	16	1,00	3	,79	5
1992	,96	5	,96	7	,93	12	1,00	3	,96	7
1993	,82	6	,79	8	,99	12	1,00	3	,84	6
1994	1,00	7	1,00	6	1,00	12	1,00	3	1,00	11
1995	,98	9	,99	7	,96	12	1,00	5	,88	5
1996	1,00	9	1,00	7	1,00	12	1,00	5	1,00	5
1997	,72	11	,54	6	,85	11	,93	5	,47	6
1998	1,00	2	1,00	19	1,00	8	1,00	4	1,00	10
1999	1,00	3	,83	10	1,00	7	1,00	4	,92	12
2000	,97	3	,94	9	1,00	7	1,00	4	,89	10
2001	,50	2	,86	10	,96	7	1,00	4	,83	12
2002	1,00	6	1,00	9	1,00	8	1,00	4	1,00	5

* As bancadas partidárias indicadas são as existentes no mês de fevereiro de cada ano.